JOÃO CARLOS DE VASCONCELOS
SÓCIO EFETIVO

Padre MIGUELINHO e a Revolução de 1817

Separata do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

NATAL — 1965

Ao prezado amigo Dr. Antônio Soares Filho.
Com muita amizade
JOÃO CARLOS DE VASCONCELOS
3.9.65

PADRE MIGUELINHO
E
A REVOLUÇÃO DE 1817

Palestra pronunciada na sessão solene realizada no dia 12 de junho de 1965, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em comemoração à passagem do 148° aniversário do fuzilamento do Herói Potiguar.

NATAL — 1965

Biblioteca do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Norte
DOAÇÃO DO SÓCIO FALECIDO
ANTONIO SOARES [illegible]

Exmº. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,

Exmªs. Autoridades,

Exmªs. Senhoras,

Meus Senhores,

Prezados Confrades.

O nosso esforçado Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, tem sido de uma felicidade inaudita ao escolher os oradores para as solenidades cívicas realizadas por esta "CASA DA MEMÓRIA".

Porém esta felicidade sofreu um hiato, uma solução de continuidade, na escolha do despretencioso e humílimo orador que, neste momento, prende a vosssa benevolente atenção.

Somos modesto e apaixonado estudioso da nossa história e, se a inteligência nos ajudasse e o tempo não nos tivesse sido tão escasso—pois durante mais de quarenta anos a função pública não nos permitia distrair a atenção—muito teríamos estudado e lido, pois, nada mais admiramos que os feitos heróicos dos grandes homens do passado, quer nas diver-

sas modalidades em que se desdobra a literatura, quer nos cruentos campos de batalha, quando a honra, a dignidade e a integridade da Pátria periclitavam. Não nos referimos, sòmente, à História dos Grandes Homens do Rio Grande do Norte, mas à História dos Grandes Homens do Brasil.

Talvez o motivo da eleição do nosso nome para discorrer sôbre a data memorável de hoje, tenha sido haver êste orador, em sua pequena tipografia — montada não com o fim de lucro, mas com o intuito de algo fazer em benefício das Letras e da História potiguares — editado, há dez anos, um opúsculo intitulado "FREI MIGUELINHO, herói potiguar e DOMINGOS JOSÉ MARTINS, herói capixaba", em comemoração à passagem do 138º aniversário do fuzilamento de tão notáveis vultos da História Pátria.

Nesse opúsculo foram transcritos estudos biográficos feitos pelo ilustrado conterrâneo e inesquecível sócio desta Casa, dr. Manuel Dantas, sôbre Frei Miguelinho, publicado no Almanaque do Rio Grande do Norte de 1897 e pelo dr. Norbertino Bahiense, acatado escritor capixaba, sôbre Domingos José Martins.

Êste trabalho foi distribuido gratuitamente entre os interessados e mereceu fartos e elogiosos comentários da imprensa de Vitória, não despertando, no entanto, nenhuma referência da imprensa local, pois, segundo afirma a

sabedoria popular "ninguém é profeta em sua terra" e, tanto é assim, que, na época, oferecemos aos Governadores dos dois Estados alguns exemplares, sendo que, recebemos agradecimentos sòmente do Governador do Estado do Espírito Santo.

Infelizmente, no nosso Estado os governantes não tomavam conhecimento dessas comemorações cívicas, pois, se não fôssem o Grupo Escolar "Frei Miguelinho" e a Associação dos Escoteiros do Alecrim, tendo à frente a figura inconfundível do Professor Luís Soares, nosso ilustre confrade, esta data passaria despercebida entre nós, ao contrário do que acontece em Vitória, onde o Governador com todo o seu Secretariado e o Instituto Histórico comparecem perante a estátua de Domingos José Martins para prestarem as merecidas homenagens àquele que desejou melhores dias para a sua Pátria. A essas homenagens não falta o apoio da Fôrça Pública do Estado, desfilando em frente ao busto do invicto patrióta.

E foi essa disparidade clamorosa de comemorações nos dois Estados que nos despertou a idéia de enfeixar em um só volume, o esbôço biográfico dos dois mártires de 1817.

E como apresentação do citado trabalho, incluimos o seguinte oferecimento:

"Ao Grande Estado do ESPÍRITO SANTO, terra gloriosa de Domingos José Martins

e ao meu querido RIO GRANDE DO NORTE, berço de Frei Miguelinho — Estados irmanados nos mesmos anseios de liberdade e de independência, cujos diletos filhos foram imolados em holocausto da Pátria estremecida, na tarde de 12 de junho de 1817, dedico êste pequeno trabalho, fruto da minha devoção e do meu amor às cousas do passado, tempo em que os brasileiros amavam, honravam e dignificavam o Brasil — hoje convertido em feudo de politiqueiros desfibrados, sem ideal, e pasto vitaminizado para os dilapidadores impunes da fortuna pública. Natal, junho, 1955. JOTACÊ".

Para comprovar o interêsse que o referido trabalho despertou no Espírito Santo, transcrevemos, a seguir, duas cartas de 15 e 20 de junho de 1955, do Dr. Norbertino Bahiense:

"Por um editorial do Mesquita Neto, na "A GAZETA", soube que o prezado amigo lançou algo sôbre MIGUELINHO. Venho lhe pedir a fineza de me mandar um exemplar, pois sou um estudioso de história, principalmente sôbre a Revolução de 1817. Estou mesmo escrevendo um livro DOMINGOS MARTINS, ampliando os ensaios que tenho feito do qual lhe remeto, em separado, um exemplar. Qualquer cousa que o distinto amigo possa recolher e queira fazer a fineza de me remeter, sôbre 1817, muito agradecerei. Sôbre Miguelinho aí deve haver muita cousa é eu incluiria, com prazer, no meu livro o que possa ser recolhido. Na romaria que fizemos ao busto de Domingos Martins, agora, no dia 12, fui o orador do Instituto Histórico, do qual faço parte e tive oportunidade de destacar também o nosso Miguelinho. Não me arranjará um fotografia dêle?"

"Confirmo minha carta que se cruzou com o exemplar que teve a gentileza de me mandar, sôbre Frei Miguelinho e Domingos Martins e no que estava interessado. Muitíssimo grato, pela homenagem prestada ao Espírito Santo e Domingos Martins e pela bondade de transcrever o meu modesto trabalho que constituirá o "miolo" do livro que estou fazendo. Interessantíssimo é o seguinte: em minha estante tenho uma preciosidade de Braz da Costa Rubim, publicada no Rio de Janeiro em 1861. Está encadernada com outra preciosidade do Rio Grande do Norte, de Manoel Ferreira Norte, publicada aqui em 1877. Fazem um só volume, raríssimo e que adquiri num "sebo" em São Paulo, pagando caro. Estão enlaçadas, assim, a sua e a minha terra. Agora, o prezado amigo, enlaçando Miguelinho com Domingos Martins. Outra coincidência: Miguelinho teve oito irmãos. Domingos Martins, também. Dei um exemplar do seu opúsculo ao Instituto Histórico e combinei com o seu Presidente, Desembargador Eurípedes Queiróz do Vale para, na primeira reunião, propô-lo sócio correspondente, pois deu provas de ser amigo do Espírito Santo e de sua gente, com a publicação feita. Na publicação há dois enganos (publicação de Manoel Dantas): 1º - afirma que Felipe dos Santos era mineiro. Era português; 2º - diz que Domingos Martins e José Luís de Mendonça foram enforcados. Foram arcabuzazados".

Minhas senhoras e meus senhores:

Como era de esperar, ficamos imensamente satisfeitos por fazer chegar ao conhecimento do culto povo de Vitória, o nome glorioso do Padre Miguelinho, o Secretário do Govêrno Revolucionário de 1817.

* * *

A Revolução de 1817 é assunto tantas vêzes debatido pelos estudiosos.

Mas, não será o caso de todos os interessados pela nossa História, tão diferente da que está sendo feita pelas gerações que se sucedem, na voragem intérmina do tempo, dizerem, também, algo sôbre êsse movimento revolucionário, ocorrido no primeiro quartel do século passado, de vez que a nossa terra está dignamente representada por duas valorosas figuras de vasta projeção no cenário dêsse memorável acontecimento, um dos primeiros passos para a libertação da Pátria brasileira, a 7 de setembro de 1822.

Ademais, escrever a história de um povo ou de um movimento social, religioso, político ou revolucionário é trabalho difícil para o estudo inicial, para a primeira narrativa. Muitos começam êsse trabalho colhendo informações em fontes escritas ou orais, de conformidade com a tradição e, comentando-as, externam as suas impressões, o seu ponto de vista. Outros, dedicando-se a êsse louvável mister, desprovidos de quaisquer pesquisas, como o orador que vos fala, contentam-se em fazer uma resenha das diversas explanações consultadas e, assim, dão letra de fôrma aos seus escritos, para que os assuntos ventilados sejam conhecidos pelos que não tiveram a ventura de consultar o trabalho hercúleo e pa-

ciente dos verdadeiros e legítimos pioneiros —aquêles que afrontaram a poeira dos arquivos e a ação destruidora da polia, queimando as pestanas para fazerem chegar aos seus contemporâneos e futuras gerações, o fruto do seu penoso labor.

Todos esclarecem o assunto com proficiência, pois são dotados de inteligência, de pena escorreita e de espírito forte de assimilação, alicerçados pelas pesquisas a que se sujeitam, como o nosso Luís da Câmara Cascudo — o maior de todos — (História do Rio Grande do Norte), Isabel Gondim (Sedição de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte); Professor Antônio Fagundes (Rio-Grandenses Noveis). Desembargadores Vicente Simões Pereira de Lemos e Luís Manoel Fernandes Sobrinho, Drs. Tavares de Lira e Nestor Lima, membros conspícuos desta Casa, já desaparecidos, além do Dr. Norbertino Bahiense, Varnhagem e Rocha Pombo, notáveis historiadores brasileiros.

O Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Coronel André de Albuquerque Maranhão, ambos filhos do Rio Grande do Norte e sacrificados pelo mesmo ideal de independência e liberdade para a Pátria comum. O primeiro — Secretário do Govêrno Revolucionário de 1817, em Pernambuco; o segundo, Chefe da Revolução em nosso Estado.

Um, fuzilado estùpidamente, cruelmente,

no Campo da Pólvora, na Bahia; o outro, assassinado friamente em Natal.

* * *

Como é natural, existiu, existe ainda e existirá sempre, entre dominados e dominadores, certa animosidade, mormente quando êstes não possuem elevado grau de civilização e se comprazem ùnicamente em deprimir, humilhar e explorar os da infeliz nação dominada pela fôrça ou pela coação.

Essa animosidade, no Brasil, datava de séculos e ainda mais se acirrou em Pernambuco, principalmente depois da Guerra dos Mascates (1710/1711), entre portuguêses, residentes no Recife, vindos da terra-mãe pobres e aqui enriquecidos e os habitantes de Olinda, brasileiros—primórdios da aristocracia brasileira—dando êstes aos portuguêses a alcunha pejorativa de Mascates, nome pelo qual passou à história esta guerra. Travaram-se violentos combates, até que, com a chegada do nôvo governador, Machado de Mendonça, foi a paz restabelecida, com o emprêgo de prepotência para com os pernambucanos.

Mas, a paz não apagou do coração dos filhos de Pernambuco a humilhação das preferências do govêrno ao elemento do reino, em detrimento dos filhos da Colônia, que nunca perderam a esperança de dias melhores de independência, idéia essa despertada pela Re-

volução Francesa, mas que, com a transladação da Côrte de D. João VI, em 1808, para o Brasil, acossada pelos exércitos do general Junot, fizera arrefecer, em virtude das primeiras providências tomadas pelo regente que, "compreendendo o perigo iminente de separação, concebera um ardiloso plano de resistência que consistiu em conceder à colônia o máximo de franquias econômicas para garantir o mínimo das cedências políticas", no dizer de Oliveira Lima, colocando, assim, perante o mundo civilizado, a colônia em situação econômica superior à do próprio reino.

Pernambuco, no Norte, foi o centro de resistência, onde se desenvolveu, com mais intensidade e patriotismo o espírito de brasilidade, conquistando, por essa natural idéia de rebeldia, o nome de Leão do Norte. Aí, os patriotas, com o valioso auxílio de André Vidal de Negreiros, dos índios de Felipe Camarão e dos negros de Henrique Dias, já haviam expulsado os holandeses do sólo pátrio, a 36 de janeiro de 1654; em 1817, o seu ardor patriótico escrevia nas páginas da História, a epopéia da Revolução, e, mais tarde, a 2 de julho de 1824, já o Brasil independente, a Confederação do Equador, cujo príncipal orientador foi Manuel de Carvalho Paes de Andrade, um dos sobreviventes de 1817, na qual foram tantas as execuções de patriotas implicados nesse movimento libertador, que os próprios juízes, como em 1817, representaram ao

imperante contra o sacrifício de tantas vidas.

Convém relembrar a atuação do conselheiro Tomás Xavier, sobrinho de Miguelinho que por uma dessas cruéis ironias da sorte, tornou-se um algoz dos revolucionários de 1824, em Pernambuco, lavrando, como juiz relator da célebre e sanguinária Comissão Militar do Recife as sentenças que condenaram à morte 18 patriotas, dentre êles o dr. José da Natividade Saldanha, que, fugindo para a Venezuela, constituira a 3 de agôsto de 1825, seu bastante procurador na Província de Pernambuco ao seu colega o dr. Tomás Xavier Garcia de Almeida, para em tudo cumprir a pena que lhe fôra imposta pela Comissão Militar, podendo até morrer enforcado, para o que lhe outorgava os podêres que lhe eram conferidos.

A História é inexorável com os sentimentos liberticidas do Conselheiro Tomás Xavier, por mentir aos sentimentos de sua família onde era apanágio o amor à liberdade, escreve o dr. Manoel Dantas.

Miguelinho nasceu em Natal, a 17 de novembro de 1768, filho legitimo do capitão Manuel Pinto de Castro, português e de Dª. Francisca Antonia de Castro, natural de Natal. Sua mãe fizera promessa de consagra-lo a Nossa Senhora do Carmo. Ingressou na Ordem Carmelita, em Pernambuco, a 4/10/1784, tomando o nome de Frei Miguel de São Bonifácio.

Viajando para Portugal, em Lisboa fêz amizade com o Bispo eleito de Olinda, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda.

"Frei Miguelinho devia estar órfão de mãe porque, não tendo vocação para a vida claustral e julgando o compromisso assumido com a sua progenitora suficientemente satisfeito, requereu ao Santo Padre Pio VII a secularização e, regressando a Pernambuco, em 1800, estava Padre secular e não mais frade da Ordem do Carmo. Passou a ser PADRE MIGUELINHO", sentencia Mestre Cascudo.

* * *

Tratemos, a seguir, da Revolução de 1817, cujo fuzilamento do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro — nosso destimido conterrâneo,—relembramos, na presente reunião, num misto de tristeza e de orgulho. Tristeza—por perdermos, na época, a vida preciosa de um verdadeiro patriota. De orgulho—pela maneira altiva e dessassombrada com que soube enfrentar a fúria declarada e a clemência sofisticada de Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, então governador da Bahia.

Governava a Província de Pernambuco o Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, cuja displicência, como agente do poder público, era apontada em correspondência da Província, publicada no jornal O POR-

TUGUÊS, editado em Londres, dirigido pelo nosso conterrâneo José Hipolito da Costa Pereira, que, "com bons fundamentos podemos supor rio-grandense, porque o era a sua família quase tôda domiciliada no Seridó, falecido em Acari, em 1825, onde está sepultado", (Dr. Manoel Dantas), e cuja autoria não duvida atribuir Varnhagem, a Antônio Carlos, ouvidor e corregedor de Olinda.

"Por desgraça", em certo ponto, diz Antônio Carlos, "a administração de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, homem de muitas luzes, mas muito inerte e negligente, deixou atear-se o mal, sem prevenir-lhe o curso..."

Recebeu o governador, a 1º de março, denúncia, por intermédio do desembargador José da Cruz Pereira, a pedido do comerciante Manoel Carvalho de Medeiros, de que os brasileiros pretendiam fazer um rompimento nos dias da Páscoa, quando os fiéis dirigiam votos ao céu pela aclamação de Sua Majestade. Aquela autoridade ordenou que no dia seguinte comparecessem a sua presença o magistrado e o denunciante, a fim de esclarecerem os fatos que pudessem servir de fundamento ao receio dominante. Nessa reunião, o citado comerciante referiu à compra de armas que José Maria de Burbom pretendera fazer ao negociante Elias Coelho Sintra e de ajuntamentos suspeitos, à noite, em casa de Domingos José Martins, onde, algumas vêzes, vira quarenta e cinqüenta pessoas, entre elas,

alguns oficiais do regimento de artilharia, e que o referido José Maria de Burbom havia feito em um jantar o execrando e sanguinário brinde: "Vivam os brasileiros e morram todos os portuguêses".

Os brigadeiros Luís Antônio Salazar Moscoso e Manuel Joaquim Barbosa de Castro referiram ainda outro crime mais execrando, feito pelo secretário do regimento, José Mariano de Albuquerque a uma senhora brasileira casada com um europeu: "A saude das senhoras brasileiras que não tiverem dúvida de matar os marinheiros seus maridos".

Com o intuito de acertar medidas capazes de evitar a eclosão do movimento, convocou o governador, para o dia 6, em seu palácio, os cinco generais que ocupavam cargos militares importantes: o marechal, inspetor geral das milícias, José Roberto Pereira da Silva, o brigadeiro, inspetor geral, dos corpos de linha, fortalezas e fortificações, Gonçalo Marinho de Castro, o brigadeiro, comandante do regimento de infantaria do Recife, Luís Antônio Salazar Moscoso e o de artilharia, Manuel Joaquim Barbosa de Castro, excluido o brigadeiro, comandante do Brum, José Peres Campelo, por ser pernambucano.

O Conselho resolveu proceder à prisão dos implicados mais importantes: paisanos — Domingos José Martins, Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá), o padre João Ribeiro e Vicen-

te Ribeiro dos Guimarães Peixoto; militares— os capitães Domingos Teotônio Jorge, José Barros de Lima e Pedro da Silva Pedroso, o secretário José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, o 2º tenente Antônio Henrique Rebelo e o ajudante Manuel de Sousa Teixeira.

Da prisão dos paisanos incumbiu-se o marechal José Roberto e dos militares, cada um dos seus comandantes, sendo que deveria ser feita em casa dos implicados, à hora do jantar e não nos quartéis.

A prisão dos paisanos foi feita pacìficamente.

O brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro — mais realista que o próprio rei — faltando à combinação, resolveu efetuar a prisão dos seus subordlnados no quartel. O capitão Domingos Teotônio Jorge entregou-se, sem vociferação, o mesmo não acontecendo com o capitão José Barros de Lima que, ao receber voz de prisão, sacou do florete e atravessou o chefe, a quem o seu genro, o secretário José Mariano e outros companheiros acabaram de matar.

Informado o governador do ocorrido pelo capitão Luís Deodato, o seu ajudante de ordens correu ao quartel e intimado a dar vivas à pátria, exclamou: "Qual pátria, qual diabo", caiu atravessado de balas.

Tendo notícia da nova calamidade, o go-

vernador acovardou-se, fugindo para a fortaleza do Brum, tão apressado que "saiu ridìcularmente de jaqueta e chapéu redondo e com uma espada desembainhada em punho", segundo afirma Varnhagem, firmado em carta de 15 de junho de 1817, de João Lopes Cardoso Machado.

Com tal procedimento covarde de Caetano Pinto, estava triunfante a revolução.

Para dar diretrizes à nova ordem de coisas, lembrou Domingos Martins a instalação de um govêrno provisório, o qual ficou assim constituído: o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, representando o Clero; o capitão Domingos Teotônio Jorge, o exército; o Dr. José Luís de Mendonça, a Magistratura; Domingos José Martins, o Comércio e Manoel José Correia de Araújo, a Agricultura. Em seguida, foi nomeado "secretário do interior" o padre Miguel Joaquim de Almeida Castro.

"Sectário ardente das doutrinas democráticas, impôs-se aos adeptos das idéias liberais em Pernambuco, que o escutavam como um oráculo e quantos mancebos se haviam instruído com êle, todos abraçaram a causa da liberdade", confessa o padre Dias Martins, referindo-se a Miguelinho.

"O pôsto de secretário do govêrno provisório, para o qual foi unânimemente eleito bem mostra a consideração em que era tido".

Miguelinho lançou, de princípio, a seguinte proclamação:

"Pernambucanos, estais tranqüilos! A Providência que dirigiu a obra, a levará a têrmo. Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do pêso de enormes tributos, que pesam sôbre vós; o vosso, o nosso País subirá ao ponto de grandeza que há muito o espera e vós colhereis o fruto dos trabalhos e do zelo dos vossos cidadãos. Ajudai-nos com os vossos conselhos e êles serão ouvidos; com os vossos braços, a Pátria espera por êles; com a vossa aplicação à agricultura—uma nação rica é uma nação poderosa".

Dias Martins, citado pelo dr. Manoel Dantas, refere que de quantos corifeus entraram para o segrêdo da Revolução, nenhum soube, como Miguelinho, unir tanta atividade com a mais consumada prudência, o que demonstra o fato de já ter aparecido o famoso 6 de março e ignorarem ainda muitas pessoas ilustradas se Miguelinho tinha entrado na revolução.

Após a posse do govêrno, realizou-se o Te-Deum solene na Matriz de Santo Antônio, em meio do qual orou Miguelinho, "particularmente reputado pela eloqüencia de sua palavra e que realmente naquela ocasião honrou o gênero pela unção comovedora e doce evangelismo do discurso que proferiu".

O padre Muniz Tavares, referindo-se a essa oração, escreveu:

"Brasileiros e Portuguêses não podiam conter as lágrimas, juravam todos muita concórdia. Na ora-

ção não apareceram violentos impropérios contra a monarquia, nem exagerados elogios à República. Descrevendo os dons naturais com que o Altíssimo dignou-se enriquecer o solo Pernambucano, pressagia o orador a perda de tantas riquezas e a série inumerável de calamidades se não persistisse sincera união entre todos os habitantes e se a união não fôsse cimentada na obediência às autoridades constituidas" (Oliveira Lima).

Refere Mestre Cascudo—"1817 foi a mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras. Nenhuma nos emociona tanto, nem há figuras maiores em tranqüila coragem, serenidade e compostura suprema, decisão de saber morrer convencidos da missão histórica assumida e desempenhada. Morrem fazendo frases, dignos, certos de uma participação pessoal no futuro que só se evocaria com a lembrança apaixonada dessas fisionomias graves, fervorosas e enamoradas do idealismo político.

"1817 é uma revolução de letrados, juízes, advogados, gente rica, cinqüenta padres seculares e cinco frades."

Passados os primeiros dias da revolução, o ânimo dos revolucionários começou a declinar, visto como não se achavam preparados, com armas e munições, para as lutas que se avizinhavam, face ao preparo bélico das fôrças fiéis à monarquia, vindas da Bahia e do Rio de Janeiro.

Bloqueado o Recife pela esquadra do al-

mirante Rodrigo Lobo e aproximando-se, por terra, o exército do marechal Cogominho, o govêrno provisório sentiu-se enfraquecido pela defecção de alguns revolucionários e pelo terror que se apoderou da população. Domingos Martins vai a campo para combater o inimigo e é derrotado na Pindoba. Domingos Teotônio Jorge assume a ditadura e declara a Pátria em perigo. O almirante Lobo proclama aos habitantes do Recife e faz intimação insolente aos revolucionários. Responde Domingos Teotônio propondo a capitulação com as honras de guerra, sob pena de serem passados a fio de espada todos os europeus residentes no Recife. Levada ao almirante Lobo, por Cruz Pereira, a resposta de Domingos Teotônio, foi ela aceita, porém, voltando o enviado ao Recife, não achou mais com quem tratar, porque na véspera, em a noite de 18 de maio, tinha-se retirado o govêrno provisório com tôdas as fôrças para a cidade de Olinda, refere o dr. Manoel Dantas.

Fracassado o movimento, Miguelinho, em vez de ir para o engenho "Paulista" com os companheiros, condenou-se voluntàriamente à morte, recolhendo-se a casa, em Olinda, onde, debulhada em lágrimas, recebe-o a sua irmã Dª Clara. Estreitando-a ternamente, diz-lhe:

—"Mana, nada de choros; estais órfã, tenho enchido os meus dias, logo me vêm buscar para a morte, entrego-te à vontade de Deus; nele terás um pai que não morre; mas,

aproveitemos a noite, imita-me: ajuda-me a salvar a vida de milhares de desgraçados".

E passam a noite de 20 de maio a queimar papéis e documentos que existiam sôbre a revolução e que poderiam prejudicar a sorte dos seus companheiros.

Sòmente êste procedimento, minhas senhoras e meus senhores, de sublime solidariedade humana e de inusitada piedade cristã, seria suficiente para elevá-lo no coração dos norte-riograndenses, abrindo-lhe, às escâncaras, as portas da História.

No dia seguinte é prêso e jogado no porão do brigue "Carrasco", nome que por si só demonstra a docilidade negativa com que os colonizadores dominavam a nossa infeliz pátria. Com outros companheiros de infortúnio, foi conduzido para a Bahia e entregues, todos, às iras sanguinárias e liberticidas do Conde dos Arcos.

O nosso herói, levado à presença da Comissão Militar, confundiu os juízes "com a doçura evangélica da sua fisionomia, onde transluzia a calma tranqüila da sua consciência".

Perante a impiedosa Comissão, portou-se silencioso, silêncio só explicável nos entes predestinados, cônscios do dever cumprido, perante a sua consciência e à posteridade.

Não pronunciou nenhuma palavra de defesa e o Conde dos Arcos, sempre amável, ad-

mirado de tanta serenidade apostólica, disse-lhe: "Padre, não cuide que somos alguns bárbaros e selvagens que sòmente respiramos sangue e vingança, fale, diga alguma coisa em sua defesa".

O silêncio evangélico foi a resposta. O Conde ainda insinua: "O Padre não tem inimigos? Não seria possível que êles lhes falsificassem a firma e com ela subscrevessem todos ou parte dos papéis que estão presentes?"

Miguelinho fala pela primeira vez, altivo e decidido: "Não, senhor, não são contrafeitas; as minhas firmas nesses papéis são tôdas autênticas e, por sinal, em um dêles o O de CASTRO ficou metade por acabar, porque faltou papel".

Nada mais disse.

E foi lavrada a sentença condenatória:

"Vendo-se nesta cidade da Bahia o processo verbal dos réus Domingos José Martins, José Luís de Mendonça, padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, José Pereira Caldas e padre Bernardo Luís Ferreira Portugal; auto do corpo de delito, testemunhas sôbre êles perguntadas, e interrogatórios feitos aos mesmos réus: decidiu-se uniformemente, e por todos os votos, que as sobreditas culpas se achavam plenamente provadas, e os réus delas, incursos nos §§ 5º e 8º do Liv. 5º das Ordenações do Reino e mandam que se executem nos sobreditos réus as penas do § 9º da mesma Ordenação, que diz: "e em todos êsses casos e em cada um dêles, é pròpriamente cometido o crime de lesa-majestade, e havido por trai-

dor o que o cometer, e sendo o cometedor convencido por cada um dêles, será condenado que morra morte natural cruelmente, e todos os seus bens que tiver ao tempo da condenação serão confiscados para a coroa do reino, pôsto que tenha filhos, ou outros alguns descendentes, havidos antes ou depois de haver cometido o tal malefício". Entendem, contudo, os ministros da comissão militar que por perfeita segurança de suas consciências, devem fazer uso da permissão concedida a tais tribunais, recomendando Manoel José Ferreira Caldas e Bernardo Luís Ferreira Portugal à ilimitada beneficência de S. M. El-Rei, nosso Senhor, em atenção à decrepitude do primeiro e a circunstância de ser êle natural da Província do Minho e por isso provável a violência, que o forçara a acceder ao partido pernambucano, partido que pelos autos consta ser o único forte e supremo e a quem convinha para os seus danados fins associar nos dias últimos de março indivíduos da Europa. Em igual atenção a coartada, que o segundo oferece quando assegura ter feito, ainda no calor da revolução, seu testamento em que se declara fiel vassalo d'El-Rei, nosso Senhor, e a que ajuntava documentos, que talvez minorem o seu crime e lhe sejam baldados pela brevidade da sentença. Bahia, em comissão militar, 11 de junho de 1817. **Henrique de Melo Coutinho de Vilhena,** relator, **Manoel Pedro de Freitas Guimarães,** major, **Manoel Gonçalves da Cunha,** major, **José Antônio de Matos,** tenente-coronel, **Manoel Fernandes da Silva,** tenente-coronel, **Joaquim José de Sousa Portugal,** coronel, **Antônio Frutuoso de Meneses Dória,** coronel, **Felisberto Caldeira Brant Pontes,** brigadeiro, **Manoel Joaquim de Matos,** brigadeiro de ligião, **D. Marcos,** Conde dos Arcos, general".

Miguelinho ouviu, estòicamente, a leitura da cruel sentença.

Na manhã de 12, êle e José Luís de Mendonça, sendo intimados da rejeição dos embargos, José Luís exclamou, indignado: "Juízes malvados! cegos e vis instrumentos da tirania! eu vos emprazo para os infernos! 60 réus de pena última tenho livrado da fôrca sem alegar um só fato que tivesse meio pêso dos muitos dos meus embargos, juízes..." Falou o herói potiguar pela segunda vez: Querido amigo, façamos e digamos ùnicamente aquilo para que temos tempo". Ajoelhou-se diante do crucifixo e começou a repetir, debulhado em lágrimas, o salmo—miserere mei Deus—, que não cessou de alternar com José Luís, enquanto durou a sua agonia, refere o dr. Manoel Dantas.

"Às 4 horas da tarde, revestido d'alva, corda ao pescoço, algemado, pés descalços, cabeça descoberta, no meio de uma escolta, foi conduzido ao Campo da Pólvora, e aí fuzilado juntamente com os dois companheiros de infortúnio" e de idealismo.

Desta maneira brilhantíssima consumou o seu martírio o insigne astro natalense, Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, no dizer de Dias Martins.

* * *

Domingos Teotônio Jorge foi condenado à fôrça.

O padre João Ribeiro suicidou-se no Engenho Paulista, sendo sepultado piedosamente na capela, porém, três dias depois, o marechal Melo mandou que, desenterrado o cadáver, cortassem a cabeça, a qual foi recebida a pedradas e espetada em um poste, no pelourinho.

E os brasileiros eram governados, ou melhor, eram dominados por imperantes que se diziam católicos, apostólicos, romanos, o que mais aviva nas consciências dos verdadeiros católicos — os que seguem realmente os ensinamentos pregados por Jesus Cristo, há vinte séculos, na época dezenove, no Sermão da Montanha — a ferocidade e a selvageria dos pseudos católicos naquela página negra e triste da vida de um povo subjugado pela tirania e pelo despotismo.

Sòmente um membro do govêrno provisório mentiu aos ideais da Revolução — Manoel Correia de Araújo. Não era brasileiro.

Os brasileiros envolvidos na revolução de 1817 foram todos dignos — figuras impressionantes da nossa história — porque defendiam a Pátria da prepotência e do absolutismo luso, ávido não só das nossas riquezas materiais, como do sangue heróico dos gloriosos filhos das terras do Brasil.

* * *

Minhas senhoras e meus senhores.

Depois dessas desalinhadas palavras, enriquecidas com as citações magistrais de autores de idoneidade e capacidade indiscutíveis, focalizamos a personalidade invulgar do herói potiguar e a sua atuação decidida, patriótica e idealista durante os 74 dias (de 6/3 a 18/5), que durou a Revolução Pernambucana de 1817.

Porém, não devemos esquecer outros vultos—vítimas da tirania então reinante em nossa Pátria—André de Albuquerque Maranhão, riograndense do norte, Domingos José Martins, capixaba e José Luís de Mendonça, pernambucano, com ligações de família na terra dos Marechais.

O Coronel André de Albuquerque, descendente de uma das mais notáveis famílias da Província, homem de grandes cabedais, não vacilou em tomar a frente do movimento revolucionário em nossa terra. Comandante de um regimento de cavalaria miliciana, exercia forte influência no seio da tropa, da sua numerosa família e dos amigos, pela afabilidade e fidalguia com que tratava todos quantos se aproximavam de sua pessoa.

Homem de real prestígio político e social, dedicado amigo do padre João Damasceno Xavier Carneiro, "que, pelas suas idéias republicanas, era, realmente, a alma da revolução", no dizer do Desembargador Vicente de Lemos,

grande estudioso da nossa História e a quem devemos a fundação desta Casa, em 1902.

O governador José Inácio Borges, temendo a influência política do Coronel e em face dos rumores sôbre a Revolução Pernambucana, no dia 23 de março, vai conferenciar com o Coronel em Goianinha e, de volta, pernoita no engenho "Belém", de propriedade de Luís de Albuquerque Maranhão, primo de André, nas proximidades da cidade de Nísia Floresta, antiga Papari.

Logo após a partida do governador para Natal, o padre Antônio de Albuquerque Montenegro, vigário de Goianinha, patriota exaltado, ante o inesperado da visita do governador, aconselha a André a mandar prendê-lo, o que foi feito pelo próprio Coronel, na manhã de 24.

Borges protesta. Diz que a revolução é árvore sem raízes.

Na manhã de 26, André, com a tropa, parentes e adeptos, faz a entrada solene em Natal, sendo recebido às portas da cidade pela Companhia de linha, sob o comando do celebérrimo e trêfego capitão Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque.

Entre os aplausos do povo e da tropa, organiza o Govêrno Provisório, composto do coronel André de Albuquerque, capitão Antônio Germano, coronel de milícias Antônio da Ro-

cha Bezerra, coronel de Milícias José Joaquim do Rego Barros e o padre Feliciano José Dornelas, vigário da freguesia. Vem de 29 de março a 25 de abril.

"Chega o reforço da Paraíba — 50 soldados sob o comando do valoroso José Peregrino Xavier de Carvalho, figura môça, airosa, de sugestiva vibratilidade. É o anteparo e a sustentação do Govêrno de André de Albuquerque. Quando êle se retira, (madrugada de 25 de abril), o Govêrno sucumbe, imediatamente, no mesmo dia, horas depois de José Peregrino marchar para a Paraíba, chamado pelos seus correligionários.

"Os membros do Govêrno estão traindo, procurando fugir. Rego Barros anda com a barretina, porque não podia se apartar das insígnias reais. Rocha Bezerra está conspirando com Antônio Germano, (que depois não usaria o Albuquerque do nome, negando qualquer parentesco com o monstro de Cunhaú). O padre Dornelas delata aos conspiradores o que se passava na sessão do govêrno", escreve Mestre Cascudo.

Todos abandonam o coronel André. Houve uma exceção. O padre Damasceno.

"O sino da Matriz bate lentamente nove badaladas. É sinal de mulher em parto. Sinal combinado.

"Da casa do alfaiate Manoel da Costa Bandeira partem os homens, agitando as armas,

vivando El-Rei e dando morras à liberdade. Antônio Germano voa do Quartel com a Companhia, já agora monarquica. Sobem de roldão a escada deserta do palácio. Invadem a sala. André de Albuquerque ergue-se da mesa, surpreendido. Há um rápido e confuso tumulto. Alguém atravessa-lhe a virília com a espada. André segura a lâmina e fere dois dedos. Prendem o padre Damasceno. André ferido, sem um penso, um auxílio, é empurrado para o Forte. Atiram-no no quarto-escuro. Sangrando, sedento, jogado nas pedras geladas, agoniza o dia e a noite inteira. Pede um travesseiro, mandam-lhe uma pedra que é o travesseiro dos pedreiros livres e hereges. O soldado Inácio Manoel de Oliveira (por apelido Mirunga), consegue levar-lhe água e uma trouxinha de roupa para que apoie a cabeça. André morre pela madrugada de 26, deitado na esteira que o soldado arranjara".

Transportam o cadáver, em completa nudez, para Natal, oito soldados e dois africanos e ao passar o lúgubre cortejo pela atual rua Câmara Cascudo, "Dona Ritinha Coelho, espôsa do alferes Francisco Sebastião Coelho, dona de escravos, de sítios e de casas, tem um gesto heróico. Manda deter a escolta e cobre o corpo de André com uma esteira de piripiri. Foi a mortalha do Senhor de Cunhaú", relata Mestre Cascudo.

João Alvares de Quental teve um gesto execrável, em contraposição ao de dona Ri-

tinha Coelho—"calçou esporas, trepou no cadáver e esporeou-o", para comprovar o seu amor à realeza, e por certo, tirar proveito dêsse procedimento de consumado canibalismo.

Muitos avocaram a si a autoria do ferimento mortal que prostou o inditoso coronel André de Albuquerque. Serenados os ânimos, a família do malogrado chefe da revolução, prometeu vingança.

Dezessete anos depois, regressa da Europa André de Albuquerque Maranhão Arco Verde (brigadeiro Dendê Arcoverde) e faz sindicâncias sôbre o assassinio do seu desventurado tio. As suspeitas recairam sôbre o tenente-coronel Antônio José Leite do Pinho, que "por tal serviço fôra depois galardoado pelo govêrno real com a nomeação de tenente-coronel de milícias e a condecoração do hábito de Cristo", diz Rocha Pombo.

Dª Isabel Gondim afirma que o assassino fôra o oficial de 2ª linha Francisco Felipe da Fonseca Pinto.

O que é certo é que o tenente-coronel Leite do Pinho foi o escolhido para a vindita. Escapara várias vêzes de ser assassinado em emboscadas, a tiros de bacamarte.

Depois da procissão dos Martírios, em 1834, estando à calçada de sua residência, foi atacado por dois pretos que lhe desferiram várias facadas, com uma faca de prata forneci-

da pelo brigadeiro Dendê. Leite do Pinho, apesar de deitado na calçada, defendeu-se bravamente. Os assassinos não conseguiram cortar-lhe as orelhas—a prova provada do cumprito da hedionda missão. O agredido faleceu no dia seguinte—15 de março de 1834.

"Dendê Arcoverde prometera aos dois escravos que matassem Leite do Pinho — "Vocês não precisarão de mais nada neste mundo!" Quando teve certeza de que as suas ordens tinham sido cumpridas fielmente, enterrou vivo um dos escravos e plantou em cima um coqueiro que ainda existia em 1932, diante da antiga Casa Grande de Cunhaú. O outro foi empalado na Mata das Almas, em Tamatanduba. Nunca mais precisaram de cousa alguma neste mundo!...", sentencia Câmara Cascudo.

* * *

E assim terminou os seus dias o nosso compatriota — Coronel André de Albuquerque Maranhão, o mais opulento Senhor de Engenho da então Província do Rio G. do Norte.

O nosso reconhecimento à grandiosidade do coração de Dona Ritinha Coelho e do simples soldado MIRUNGA — Inácio Manoel de Oliveira — os rio-grandenses do norte modestos, que demonstraram espírito caridoso para com o nosso insígne conterrâneo.

A nossa repulsa, o nosso repúdio ao ges-

to alarve e ignominioso do bárbaro João Alvares de Quental, cidadão desprovido dos mais elementares princípios de educação e de respeito para com os mortos.

A memória do Coronel André de Albuquerque será sempre exaltada pelos que têm amor a esta terra, que tantos filhos ilustres tem dado ao Brasil.

* * *

Domingos José Martins, filho de Itapemirim, antiga Vila de "Canchaga", no Estado do Espírito Santo, foi "um dos principais autores da revolução" escreve o Dr. Norbertino Bahiense, citando o francês L. F. de Tollenare, na época, residindo no Recife.

Em sua casa reuniam-se os conjurados, arquitetando planos e angariando adeptos para a arrancada cívica em busca da libertação da Pátria do jugo lusitano.

Fêz parte do govêrno provisório, representando o Comércio e, fracassado o movimento revolucionário, tentou combater os realistas do marechal Cogominho, sendo derrotado na Pindoba.

Prêso e conduzido para a Bahia na corveta "Carrasco", juntamente com Miguelinho, José Luís de Mendonça e outros companheiros de desdita, a 11 foram os três condena-

dos à morte natural (?) e cruel, (cruel, sim — natural, não), e fuzilados no dia seguinte.

Ao enfrentar o pelotão de sicários, exclamou:

—"Vinde executar as ordens do vosso sultão! Eu morro pela liberd..." e caiu varado pelas balas da realeza fratricida.

Casado, durante a revolução, com Maria Teodora da Costa, filha de Bento José da Costa, um dos principais negociantes do Recife, no meio do insucesso da rebelião, sofrendo a tortura do ergástulo, não esqueceu, contudo, a espôsa querida e a Pátria idolatrada, dedicando-lhes o seguinte sonêto:

"Meus ternos pensamentos, que sagrados
Me fostes, quase a par da liberdade,
Em vós não tem poder a iniqüidade:
À espôsa voai, narrai meus fados.

Dizei-lhe que nos transes apertados,
Ao passar desta vida à eternidade,
Ela d'alma reinava na metade,
E com a pátria partia-lhe os cuidados.

A pátria foi o meu nume primeiro,
A espôsa depois o mais querido
Objeto do desvêlo verdadeiro;

E na morte entre ambas repartido,
Será de uma o suspiro derradeiro,
Será de outra o último gemido."

À espôsa — "o suspiro derradeiro" e à Pátria — "o último gemido".

Que admirável formação moral e cívica!

Condenado à morte, não perde, entretanto, o amor à família e à Pátria!

Rendamos, também, as nossas homenagens à memória dêsse destemeroso patrióta, companheiro de ideal e de sacrifício de Miguelinho.

* * *

Miguelinho sempre lembrado neste dia pelos seus conterrâneos e, agora, mais do que nunca, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na fase renovadora que ora atravessa esta conspícua entidade, graças ao espírito esclarecido e arejado, môço e patriótico do seu dinâmico Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, a quem não tem faltado o concurso prestimoso e encorajador dos seus colegas de Diretoria e de todos os confrades que compõem o nosso quadro social.

Domingos José Martins, anualmente relembrado, neste mesmo dia, pelos seus patrícios, como presenciei de 1948 a 1950, recebe as merecidas homenagens do govêrno e povo capixabas.

Porém, minhas senhoras e meus senhores, existe neste meio um eterno esquecido, também, um dos marcantes vultos da Revolução de 1817. Não se ouve falar em seu nome. Apenas os compêndios de história, como não

podia deixar de acontecer, citam-no, quase de relance.

Refiro-me ao Dr. José Luís de Mendonça, uma das figuras mais impressionantes dêsse movimento de modificação do regime absoluto. Natural de Pernambuco, com raízes profundas de família na terra dos Marechais, não sabemos, ao certo, se o seu nome é relembrado nas comemorações cívicas realizadas, neste dia, na terra do Leão do Norte.

No govêrno provisório representou a Magistratura.

"Depois da tomada do Recife pelas tropas portuguesas, José Luís de Mendonça ocultou-se em casa de um amigo, porém, sabendo do bando terrível de serem considerados cumplíces todos aquêles que dessem asilo aos comprometidos, mete-se em uma cadeira fechada e se faz transportar ao pátio do tirano Rodrigo Lobo. Aí chegando, sai repentinamente da cadeirinha, deixa cair o capote e o chapéu, abre os braços e grita para os soldados: "Camaradas, eu sou o proscrito José Luís de Mendonça, atirai, se quereis, e matai-me", escreve o Dr. Manoel Dantas.

João Ribeiro, poeta, historiador e filólogo brasileiro, em seu "Autores Contemporâneos", livro que contém páginas brilhantes focalizando homens e fatos do passado—dêsse passado que ninguém nunca esquecerá—inseriu um

magistral trabalho de autoria de José Luís de Mendonça, escrito durante a revolução de 17, do qual destacamos os seguintes trechos:

> "Já tive ocasião de revelar a minha verdadeira fé política, quando se tratou das bases da capitulação. Quero a liberdade. Quero a república. Mas entendo que, para termos aquela hoje, não é necessário que estabeleçamos esta. Antes de uma completa fusão das nossas raças, que faça desaparecer o preconceito da primazia; antes do desaparecimento da escravidão; antes do melhoramento das fortunas particulares, ainda tão desiguais entre nós; antes de estarem generalizadas a instrução, as profissões e industrias, que são as bases da independência individual, não devemos pensar em fundar uma independência social tão ampla como a que exige a forma republicana.
>
> "Entre a República e o absolutismo, há uma forma de govêrno mais branda que o último e menos exigente que a primeira. Quero referir-me ao govêrno constitucional, no qual se fazem menção dos direitos do rei e dos direitos do povo, onde os reis têm obrigações e não sòmente direitos; onde há meios de refrear as paixões e os caprichos reais sem perturbações públicas, mas ùnicamente em nome da constituição; onde os povos podem ser felizes porque os reis não podem ser opressores".

Como vimos, estas palavras foram escritas quando se tratava da capitulação. Conceitos que ainda prevalecem. Não foram superados. E o exemplo frizante é a Inglaterra, berço do constitucionalismo e do direito consuetudinário. Império — mas o povo tem am-

Bem feliz foi Mestre Cascudo quando, com a sua pena aparada, escreveu:

"1817 é uma revolução de letrados, juízes, advogados, gente rica, cinqüenta padres seculares e cinco frades.

"Morrem fazendo frases..."

Façamos, pois, extensivas essas nossas homenagens cívicas, também à memória dêsse egrégio patrióta que, com Miguelinho e Domingos José Martins, soube, com sobranceria, enfrentar à fúria dos tiranos.

* * *

Minhas senhoras e meus senhores.

O patriotismo, a inteligência, a boa vontade e a caridade não têm pátria.

Tanto admiramos o patriotismo de Winston Churchill, como o de Tiradentes; tanto exaltamos a inteligência de Cícero—o orador romano, como a de Rui Barbosa—o orador brasileiro; tanto nos encanta o estro de Camões, como o de Castro Alves; tanto nos deslumbra o amor à humanidade do Grande Presidente John Kennedy, como o do Grande Papa João XXIII; tanto nos emociona a caridade de São Vicente de Paulo, como a do Padre João Maria—o santo dos norte-riograndenses.

pla liberdade de pensamento, de religião e de trabalho.

Êstes atributos que engrinaldam as personalidades dos Grandes Homens, não conhecem fronteiras, não admitem divisas. São incorporados aos fastos da Humanidade e do Mundo.

E como o Rio Grande do Norte integra esta mesma Humanidade e êste mesmo Mundo—que ora atravessam momentos angustiosos—incentivados pelas fôrças do Mal, rendamos graças a Deus nos haver proporcionado esta feliz oportunidade, em que relembramos figuras e fatos destacados da nossa História, da História do Brasil e da História da Humanidade.